

ENTRE A HISTÓRIA E A ARQUIVOLOGIA: DIÁLOGOS A PARTIR DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Vitor Wagner Neto de Oliveira*

“Construção” de um arquivo histórico

Os centros de preservação documental e memória criados nas universidades na segunda metade da década de 1970 e na de 1980, se inserem no contexto nacional marcado pela abertura política com o fim da ditadura civil-militar. A conjuntura política, marcada pela intensificação das lutas sociais, e o debate acadêmico permeado pelo marxismo inglês e pela Nova História, acabaram por influenciar nas definições de linhas de acervo e de tipologias documentais dos centros de preservação: guardar vestígios que possibilitem a revelação de histórias por fora das instituições de Estado e das ações oficiais, mesmo que as fontes ali guardadas fossem provenientes de órgãos oficiais.

Os pesquisadores interessados em organizar tais centros por vezes puderam contar com financiamento do próprio Estado, a partir de programas de incentivos às ações de preservação da memória (CAMARGO, 1999, p.58). Mas, como a memória também é um campo em disputa, os centros de documentação passaram, também, a guardar fontes que possibilitam, hoje, o estudo das artimanhas do Estado repressor, por exemplo, e a resistência dos subalternos à ordem.

Mesmo que essa preocupação de preservação seja fruto de uma conjuntura político-social específica, portanto de um momento contemporâneo aos realizadores dos centros de documentação, um dos principais pontos para definição do que era fonte histórica e, por conseguinte, o que deveria ser preservado, era a data de produção do documento e a emergência em preservar acervos em situação de risco.¹ Os organizadores dos centros, grande parte historiadores, tinham mais do que hoje um desconforto com a história do tempo presente. Um tempo não merecedor de História. Assim, mesmo que a definição das linhas de acervo fosse delineada pela preocupação do presente, as fontes a serem preservadas deveriam

* Professor Adjunto em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Coordenador do Laboratório Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro.

¹ Conforme Zita Rosane Possamai (2008, p. 205-217, p. 207), a “retórica da perda” constitui-se em “artifício discursivo em prol da preservação do patrimônio”, desde ao menos a Revolução Francesa, e no caso brasileiro não é diferente e é o que motiva e mobiliza ações legais de proteção do patrimônio.

revelar uma história pretérita, e aqui o recuo era quase sempre para a primeira metade do século XX e períodos anteriores.

Essa lógica cabia especialmente aos órgãos de preservação ligados às instituições de centros urbanos grandes, ou que se dedicassem ao estudo dos movimentos urbanos, entendam-se das grandes cidades. Para órgãos criados por pesquisadores de instituições periféricas, em cidades de estados interioranos, a preocupação deveria ser outra, apesar de inserida na mesma conjuntura política de fim da ditadura. O conceito de regional para identificação desses arquivos era empregado de uma forma que ainda se tem entendido, para classificar órgãos de preservação fora do eixo Rio-São Paulo. Como nesse entendimento de História Regional não cabiam os trabalhadores urbanos, pois, nessa concepção, “não havia” espaço para o trabalhador onde imperava o coronelismo e o rural, os documentos priorizados por esses centros seriam aqueles que revelassem especialmente a história política e a urbanização incipiente do lugar. Neste sentido, a imprensa e os relatos orais passaram a ser o *locus* privilegiado.

Foi com esse espírito que um grupo de professores, com esforço particular como quase sempre acontece nesses casos, criou o Setor de Documentação Histórica no campus da Universidade Federal, em Três Lagoas, no estado de Mato Grosso do Sul, no início da década de 1980. O objetivo dos professores era fortalecer um Núcleo de Estudos de Três Lagoas e Região visando a formação de um acervo que desse suporte à disciplina de História Regional, bem como incentivasse a pesquisa entre os graduandos do curso de História criado em 1970. O ponto de partida foi trabalhar com relatos orais e recolher o maior número de fontes possíveis. Um dos primeiros projetos desenvolvidos pelo grupo de professores foi a coleta de entrevistas com personagens “importantes” para a História da cidade, homens e mulheres membros das “famílias tradicionais” de Três Lagoas. Outra preocupação foi formar uma coleção de jornais regionais.

Desses esforços iniciais originou-se o atual Núcleo de Documentação Histórica que leva o nome de um dos seus idealizadores: Honório de Souza Carneiro. Ao assumirmos a coordenação do Núcleo, em 2006, nos colocamos novos desafios para revitalizar o Núcleo como laboratório de produção de pesquisa, além de um espaço de preservação de fontes para o estudo da História. Esses desafios foram colocados em vista da chegada de novos e

volumosos grupos documentais provenientes da antiga estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), pertencente à Rede Ferroviária Federal, privatizada em 1996, e do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), órgão ligado às Entidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, na perspectiva da Teologia da Libertação, e aglutinador dos movimentos sociais das décadas de 1970, 1980 e 1990 na região Oeste de São Paulo e Leste de Mato Grosso do Sul.

Essa documentação, recebida em 2004 e 2007 respectivamente, impôs a necessidade de reorientação do Núcleo, com a definição de áreas de acervo prioritárias. Na reorganização do acervo documental houve a preocupação em agrupar os diversos arquivos e coleções existentes em linhas de acervo, visando aperfeiçoar os trabalhos, tanto em termos de tratamento documental, como no sentido de novas aquisições e ampliação do acervo. Neste sentido foram definidas as linhas “História local e regional”, “Movimentos sociais” e “Memória universitária”. Por ser um órgão vinculado ao Curso de Licenciatura em História, a demanda por pesquisas relacionadas ao ensino de História tem exigido a ampliação das linhas de acervo para compreender a guarda de documentos gerados pelos projetos desenvolvidos nesta área.

Um outro desafio recentemente colocado à equipe do Núcleo é a guarda temporária, por cinco anos com possibilidade de renovação por igual período, dos processos trabalhistas findos da Vara do Trabalho de Ponta Porã, município da fronteira com o Paraguai. O objetivo da parceria com o TRT da 24ª Região é fazer a avaliação dos mais de quatro mil processos do período de 1990 a 2005. Para tanto, desenvolvemos um sistema de catalogação dos processos. O Núcleo se insere, neste sentido, em um debate nacional que permeia especialmente os pesquisadores dos mundos do trabalho sobre a necessidade de preservação dos processos trabalhistas. Neste debate o que se coloca de imediato, quando do estabelecimento do diálogo dos historiadores com os juristas do trabalho, é justamente o que preservar, já que para os juristas somente os processos com “valor histórico” devem ser guardados, enquanto para os historiadores todos os processos devem ser preservados, se não no suporte físico impresso, em outro suporte resultado de microfilmagem ou digitalização. A alegação de falta de espaço físico para guarda, bem como de recursos financeiros para projetos de microfilmagem, sempre aparecem como impedimentos nestes casos (SILVA, 2008, p. 161-186).

Essa questão apresenta um problema que devemos encarar: a falta de políticas de preservação de acervo nos órgãos de produção de informação e de documentos. Considerando a impossibilidade da guarda de todos os acervos produzidos por órgãos estatais, sem contar aí os documentos produzidos por empresas e particulares de interesse coletivo, a solução mais viável parece ser a descentralização dos arquivos públicos, por meio da organização no próprio órgão gerador/destinatário. Essa forma facilitaria inclusive a organização respeitando a dinâmica do próprio órgão ou repartição, algo sempre difícil quando a massa documental é tirada de sua estrutura de origem e “jogada” nas mãos dos arquivistas e historiadores nos arquivos públicos.

O Núcleo Honório de Souza Carneiro fez algo neste sentido ao desenvolver um projeto de extensão, conveniado com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Três Lagoas e Selvíria, que catalogou, de forma ainda primária, a documentação do Sindicato, desde sua fundação. O acervo permanece sob a guarda do Sindicato, aberto à consulta e constando, inclusive, do Guia do Acervo do Núcleo (OLIVEIRA, 2010, p. 54). Aqui o Núcleo desempenha um papel que é complementar (mas fundamental) ao da organização e disponibilização do acervo: criação de mediações de acesso entre o pesquisador e a documentação, conforme a definição de Célia Camargo (Op. Cit. p.54).

O uso da internet como mediação coloca novos desafios aos arquivos públicos, especialmente no que se refere à acessibilidade do acervo por parte dos consulentes. O contato físico do pesquisador com o arquivo, ao menos em um primeiro momento, é cada vez mais substituído pelo contato virtual. Nessa relação amplia-se ilimitadamente a possibilidade de acesso, criando um conjunto significativo de anônimos que se relacionam com o acervo, enquanto somente alguns poucos, que vêem a necessidade de pesquisa no acervo, chegam a conhecer a estrutura física e o pessoal do arquivo. A tendência de digitalização das fontes e disponibilização na rede de partes dos acervos tende a aprofundar a distância entre a instituição arquivística e o pesquisador usuário.

Os centros de documentação, neste sentido, devem estar minimamente *pari passo* com a tecnologia da informação para atender às novas demandas. O ponto inicial desta atualização é a criação de sítio na *internet* para divulgar a instituição e o acervo. Para tanto, o trabalho de catalogação e descrição do acervo precede a qualquer iniciativa dessa ordem.

O papel de mediador da informação, desempenhado pelo Núcleo, parece ter sido o mesmo que inspirou os primeiros centros de documentação no Brasil, de acordo com Célia Camargo (1999), seguindo o modelo de instituições européias. Diante da carência no país de órgãos de preservação documental, os centros das universidades passaram a assumir também a função de arquivos e não só de geradores de bases de informação. Esta, por certo, foi uma função que legitimou os centros diante das universidades e do Estado. Uma legitimação ainda em construção se considerarmos os incentivos no que diz respeito às estruturas físicas e financeiras, algo, na maioria dos casos, ainda muito distante do ideal e mesmo do mínimo necessário. Persiste ainda uma falta de políticas internas das instituições universitárias, as quais privilegiem estes espaços como locais de produção de saberes, fundamentais para a produção e preservação do conhecimento.

O Núcleo de Documentação Honório de Souza Carneiro agrega, ainda, cada vez mais a função de agente do patrimônio material e imaterial da localidade em que está inserido. Exemplo disso foi o projeto de extensão para o levantamento museológico, em parceria com a coordenadoria de cultura da Prefeitura Municipal de Três lagoas, que fez um estudo das potencialidades museológicas e apresentou, em 2009, um projeto de museu regional. Os professores do curso de História e parte dos alunos participaram ativamente das discussões públicas sobre a viabilidade de um museu multimídia.

Os desafios de um centro de documentação ligado à Universidade devem, portanto, ir além dos objetivos gerais da Arquivística, quais sejam, o de organizar, preservar e disponibilizar para a consulta documentos sob sua guarda. Os centros devem ser lugares privilegiados para a *práxis* do ensino e da pesquisa em História. No tópico a seguir tratarei dessa dinâmica.

Fontes em potencial

O fato de o Núcleo de Documentação Histórica da UFMS/CPTL estar ligado organicamente a um curso de Licenciatura em História diz muito de sua originalidade. Essa ligação influencia desde a concepção do que é fonte histórica, objeto foco do arquivo, até a forma de disposição para consulta e relação com o público consulente: uma lógica que busca fazer do Núcleo um complemento da formação dos graduandos em História, sem diminuir a

importância do espaço como arquivo que tem sua própria dinâmica para além do Curso de graduação. Trata-se de um processo, de uma construção, visando despertar os alunos para o trabalho com as fontes do acervo do Núcleo – ferramenta primordial do ofício de historiador – desde o primeiro instante de ingresso na graduação.

O Núcleo, portanto, pode vir a ser o principal elo entre o ensino e a pesquisa, especialmente num Curso de licenciatura que sempre primou pela construção da pesquisa como forma de produção do conhecimento. A relação entre História e Arquivologia, construída por meio do contato dos graduandos com fontes e com a metodologia da Arquivística pode permitir uma formação mais abrangente de professores-pesquisadores. Mesmo não tendo na grade curricular esta disciplina, o fato de ter contato com a metodologia – a partir do estágio ou mesmo da consulta ao instrumento de pesquisa do Núcleo e às fontes, obedecendo aos critérios de consulta – é possível que o graduado tenha uma maior desenvoltura nas agruras da pesquisa em arquivos, quando na pós-graduação.

Se considerarmos que não há fonte até que o pesquisador levante questão ao documento (BLOCH, 2001, p. 79), a forma de organização e a definição das linhas de acervo do Núcleo, já de antemão, dão o caminho para muitas pesquisas, pois podem servir de guia para as definições de temáticas dos alunos. Essa é uma diferença marcante quando comparado com um arquivo fora do contexto acadêmico que não tenha a interferência do historiador. Onde o arquivista vê documentos a serem catalogados de acordo com a tipologia, o historiador enxerga fontes em potencial para pesquisas dos mais diversos temas. Isso só é possível em vista da teoria historiográfica, da experiência de pesquisa do historiador que forma expectativa do que encontrar (hipóteses) ao menor enunciado de um acervo ou documento. Nas considerações sobre o método Jorge Grespan salienta que

Formar expectativas em relação ao que será encontrado nos documentos não só é inevitável como desejável, pois são as conjecturas que orientam a própria pesquisa, permitindo a seleção do acervo onde buscar as informações necessárias, e constituindo os critérios de coleta, reunião e análise do material (2005, p. 294).

No caso de um aluno recém ingresso na graduação, o arquivo não é muito diferente de uma seção da burocracia carregada de caixas que guardam papel, por mais que se tenham românticas expectativas. O desafio colocado é possibilitar ao iniciante em pesquisa histórica e

em arquivo “espantar-se com o que é óbvio”, encontrar-se com o evento para aprender o cotidiano, para aprender as minúcias das relações sociais trazidas pelos vestígios históricos.² É no diálogo com a teoria que o aluno poderá enxergar no documento uma fonte para ajudar a interpretar um problema, ou mesmo levantar novos problemas.

Para que a experiência do graduando para com o arquivo dê frutos e não se precipite em decepção, não se pode apostar na pureza da revelação do documento e nem em um total acaso no descobrimento de vestígios do passado e do presente. Trata-se de uma tarefa árdua que exige conhecimento de teoria, de metodologia e da habilidade da construção da narrativa – pois quem conta a história é o historiador e não o documento –, além da malícia em driblar as dificuldades objetivas de pesquisas em arquivos no Brasil.

Essas dificuldades podem ser em parte ultrapassadas com o conhecimento da metodologia Arquivística, construída – neste caso dos centros de documentação das Universidades – no diálogo entre o arquivo receptáculo da fonte e a academia formadora de pesquisadores.

Talvez a forma mais eficaz de interdisciplinaridade entre a História e a Arquivologia esteja se dando mesmo nestes centros de documentação. Por mais que seja restrito o contato entre esses profissionais – no espaço dos centros de documentação –, em vista das dificuldades financeiras e burocráticas em contratar arquivista, um profissional ainda raro, e por mais que às vezes a organização do acervo pareça um voluntarismo dos historiadores, é aí que se produz de fato uma unidade teórica e de ação das duas áreas.

Para tanto, o arquivo e a sua disciplina devem ser encarados pelo historiador não como um suporte apenas ao seu trabalho, como por vezes é visto o método: como um encadeamento lógico dos fatos; aparentemente causais, ou semelhantes a uma técnica de pesquisa em que se contenta na numeração das fases do desenvolvimento do trabalho. Ao contrário disso, o trabalho do historiador na organização de um arquivo pode ser tomado como uma oportunidade de forjamento de uma metodologia que leve em consideração as preocupações de ambas as áreas do conhecimento que têm como meio privilegiado o documento.

² Neste caso ver a obra de VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1998. Particularmente a parte I “O objeto da história”.

A junção dos métodos ou recriação de métodos entre a História e a Arquivologia, no caso de um centro de documentação, poderia levar, por exemplo, a uma avaliação mais complexa do que preservar, do que descartar, de como guardar e de que forma disponibilizar os documentos para a consulta.

A título de exemplo, um amontoado de livros pontos dos trabalhadores da estrada de ferro Noroeste do Brasil, registrados no escritório da linha em Três Lagoas, poderia ter um tratamento de amostragem por parte do arquivista: seleciona-se uma amostra para preservar e descarta-se o restante, por se tratar de formulário padrão em que as informações se repetem (nomes e turnos). Para o historiador este amontoado forma uma série que, cruzada com outras fontes, pode revelar a carga horária extenuante, a mobilidade do trabalhador entre as seções da empresa, a descontinuidade ou a assiduidade de determinado trabalhador, a permanência ou não no quadro da empresa, entre outras situações.

Essas possibilidades que uma série de livros pontos pode revelar interessam tanto ao estudo das relações de trabalho de uma forma geral, com o olhar para as suas hierarquias, como também às pesquisas sobre atividades sindicais e perseguições sofridas pelos militantes sindicais. A repetição da informação, para o historiador, pode revelar as descontinuidades: a diferença surge da uniformidade. A história comparada nos dá os elementos da dialética entre a diferença e a semelhança: uma está na outra, assim, ao passo que as duas se confrontam, também se complementam.

Outra complementaridade da História e da Arquivologia, produzida no centro de documentação, é a valoração do acervo. A utilidade de um arquivo e o valor do que está sob sua guarda é mensurado pela utilização do mesmo por pesquisadores e pessoas da comunidade. Por ter como o público privilegiado os estudantes e pesquisadores em História, o Núcleo de Documentação, além de educar para a preservação e para a metodologia da pesquisa em arquivos, também justifica a valoração do espaço como necessário para a memória da localidade.

A tarefa que se coloca é o reconhecimento por parte da comunidade externa. Isso deve vir pelo fortalecimento da relação entre o Núcleo e a comunidade interna, como desdobramento da utilização do acervo para as pesquisas de graduação e pós-graduação. São os alunos ali formados que melhor farão a ponte entre o Núcleo e a comunidade externa, a

qual poderá vir a ter o Núcleo como espaço de preservação e produção da memória local. O lugar de produção da história a partir da memória.

Na relação historiador, aprendiz de historiador e comunidade local, deve ser papel dos primeiros o desmontar o que ainda resta da aura positivista no entendimento de documento como reservatório da verdade e de objeto destituído de conflito em sua feitura. Fazer a crítica ao documento é fundamental, e para isso os fundadores dos *Annales* contribuíram imensamente, em que pese não terem sido os primeiros a dissecar o documento.

Marc Bloch, em *Apologia da História* chama atenção para a suposta voluntariedade do documento em um arquivo:

Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações (2001, p. 83).

A crítica ao documento, nesta perspectiva, deve então levantar o problema do por que se preserva determinado documento, ou mesmo de porque se destaca um documento em particular, ou um conjunto, em meio ao todo do acervo. O centro de documentação permite – ao ser organizado a partir de linhas de acervo definidas levando em consideração a massa documental, mas, também, os interesses de pesquisa dos historiadores a ele ligados – a aprendizagem do problema referido acima, levantado por Marc Bloch, de que a transmissão do documento às gerações vindouras é um exercício consciente de poder, de guarda da memória coletiva.

O entendimento do documento como monumento, segundo Le Goff (1994, p.545), permite centrar o historiador em seu dever principal: a crítica ao documento, não como “qualquer coisa que fica por conta do passado”, mas como “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”.³

³ “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem di si próprias.” (LE GOFF, 1994, p. 548)

Algumas considerações

Se tudo é história, qualquer vestígio poderia ser passível de preservação. Isso coloca um problema estrutural para os centros de preservação documental: falta de espaço físico e de recursos. Diante da avalanche de vestígios produzidos diariamente na era da informação, e da impossibilidade de se guardar tudo, os centros de preservação acabam por privilegiar determinadas tipologias de documentos. Para os historiadores isso não deveria soar como problema, pois no momento da pesquisa é assim que se procede: delimitam-se o tempo histórico, o espaço geográfico, os sujeitos, o objeto e as fontes a serem trabalhadas. Mas essas delimitações sequenciais, primeiro do arquivo que escolhe o que é merecedor de memória, a partir das definições de prioridades dos seus organizadores, e segundo dos pesquisadores guiados pelos seus problemas de pesquisa, acabam por jogar no esquecimento muitas histórias.

Não temos como solucionar este problema por completo, mas podemos tentar multiplicar as ações para ampliar os tipos de fontes preservadas. Aí está a principal contribuição dos centros de documentação ligados aos cursos de História nas universidades brasileiras: multiplicar os espaços de preservação documental, possibilitando que a comunidade interna e externa tenha acesso aos mesmos. Outra função, não menos importante, é aproximar o historiador do seu meio privilegiado de investigação: a fonte. Possibilidades que ampliam o ofício do historiador e o aproxima de áreas como a Arquivística e a Biblioteconomia. Para o educando, e não só, significa o contato prático com a noção de memória, registro e fonte, fazendo com que a história se materialize nas evidências encontradas a partir dos vestígios da ação humana.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMARGO, Célia Reis. Os Centro de Documentação das universidades: tendências e perspectivas. In SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP / FAPESP, 1999 (Seminário e Debates), pp.49-63. Da mesma coletânea o texto de SILVA, Zélia Lopes da. "O Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, um centro de 'memória' local?", pp.85-95.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In PINSKY, Carla Bessanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de (Coor.). *Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro: Guia do Acervo*. Três Lagoas-MS: Gráfica Dom Bosco, 2010. Ver, também, sítio na internet <http://www.cptl.ufms.br/hist/ndhist/index.htm>

POSSAMAI, Zita Rosane. Destruição legal e ilegal do patrimônio histórico: problemas, limites e o papel do historiador. In HARRES, Marluza Marques e HEINZ, M. (orgs.). *A História e seus territórios: conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Leopoldo: Oikos, 2008, pp.205-217.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In HARRES, Marluza Marques e HEINZ, M. (orgs.). *A História e seus territórios: conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Leopoldo: Oikos, 2008, pp. 161-186.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.